

# INTERNACIONALIZAÇÃO E IDENTIDADE DAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS SALESIANAS (IUS)

## INTERNATIONALIZATION AND IDENTITY OF SUPERIOR EDUCATION SALESIANS INSTITUTIONS

Mariluce Bittar<sup>1</sup>  
Jair Marques de Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo tem como objeto de pesquisa a análise de constituição da Rede Internacional das Instituições Salesianas de Educação Superior (Rede IUS). O objetivo específico consiste em analisar o documento “Políticas para as IUS”. As políticas construídas acrescentam à identidade das IUS um elemento novo até então: a identidade dessas instituições é caracterizada pela inerência de seu trabalho em Rede que engloba o compartilhamento de uma concepção de educação superior e de metas, projetos e ações para garantir relevância na esfera internacional. Nesse processo há um nexos entre identidade, internacionalização e qualidade institucional. A qualidade é ligada ao processo de gestão. Observa-se uma gama de definições e práticas que se encontram delineadas na nova política global para a educação superior baseada na racionalidade do capital. Alguns conceitos ilustram essa nova cultura: projetos, planos, processos, objetivos, resultados, controle, auditoria e profissionalismo. A assimilação dessa concepção revela que a constituição da Rede IUS faz-se à sombra do pensamento hegemônico internacional para a educação superior que procura uma padronização das instituições e de procedimentos, especialmente em termos de gestão na qual tem papel preponderante a avaliação e o controle.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior. Instituições Salesianas. Internacionalização. Identidade.

### INTRODUÇÃO

Denomina-se Rede IUS ou Rede Internacional das IUS a formação de um conglomerado internacional composto pelas Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS) que são ligadas à Igreja Católica, mais

---

<sup>1</sup> Doutora e pós-doutora em Educação. Professora da Universidade Católica Dom Bosco. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPES-UCDB). Vice-coordenadora do GT Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEd). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: bittar@ucdb.br.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Reitor do Centro Universitário Salesiano (UNISALESIANO). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPES/UCDB. E-mail: reitor@unisalesiano.br.

especificamente à Congregação Salesiana, associação religiosa católica fundada pelo sacerdote italiano João Bosco na primeira metade do século dezenove e que tem como missão principal atuar na educação formal e informal da juventude.

O conjunto formado pelos documentos “Diagnóstico”, “IUS Report”, “Identidade” e “Políticas para as IUS” forma o Marco Referencial das IUS e seu processo de construção foi resultado de um primeiro programa de ação conjunta de todas as IUS – por isso mesmo denominado Programa Comum I.

O ponto de partida para a construção do documento “Políticas para a Presença Salesiana na Educação Superior” foram as orientações emanadas do Programa Comum I que já previa a elaboração dessas políticas como imprescindíveis para a realização de uma nova fase para as IUS e também como suporte para atuação em rede. Tendo como referência essas orientações, a equipe diretiva das IUS, liderada pelo Padre Carlos Garulo, nomeado pelo Reitor Mor como o seu Delegado para as IUS, procedeu à consulta de 33 especialistas internos e consultores externos ligados à Congregação, às IUS e outras instituições da qual resultou o instrumento de trabalho “Política universitária: *Contributi per la riflessione* (abril-junho 2001)” apresentado à análise e contribuição dos participantes do III Encontro das IUS, dado em Roma em 2001.

Os dirigentes presentes nesse Encontro apresentaram contribuições, críticas e alterações ao instrumento de trabalho. Posteriormente, construiu-se um “[...] índice detalhado para um hipotético documento de políticas” (IUS, 2003, p. 23) o qual foi debatido, analisado e recebeu contribuições escritas na Conferência IUS 2001 da Ásia, realizada em Hyderabad, e da América, Campo Grande. A Europa participou por meio de consultas individuais. Surgiu a primeira redação do texto em julho de 2002. Houve, a seguir, última consulta às IUS, aos inspetores e conselhos inspetoriais e em novembro de 2002 foi elaborada a segunda redação do texto que em dezembro foi apresentado ao Reitor Mor e ao Conselho Geral, vindo a ser aprovado em 7 de janeiro de 2003 juntamente com o documento “Identidade”.

## **AS POLÍTICAS DAS IUS COMO PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO**

A internacionalização da Rede IUS inicia-se pela constituição de um projeto de gestão comum, de caráter transnacional, pois pretende com um projeto de Políticas e, mais tarde, de Planos Comuns, estabelecer um todo homogêneo no sentido de concepção de educação superior, de afirmação de identidade confessional e de práticas de gestão. A internacionalização transparece, portanto, num projeto transnacional de educação superior que tem como metas assegurar a identidade e a sustentabilidade do projeto acadêmico e dos recursos financeiros:

Com estas políticas pretende-se continuar o caminho empreendido no período 1998-2002 e dar sólidos fundamentos à presença salesiana atual na educação superior, de modo que os centros já existentes cresçam em qualidade e se desenvolvam ou outros novos sejam criados no futuro, de acordo com uma identidade própria de instituições universitárias, de inspiração cristã e caráter católico, e de índole salesiana. (IUS, 2003, p. 5)

Com essa afirmação, compreende-se que as políticas construídas pretendem afirmar a Identidade das IUS fundamentando sua qualidade institucional acadêmica e a sua identidade confessional católica e salesiana. Percebe-se o embricamento entre gestão, identidade e a própria construção da Rede IUS. Essas políticas pretendem pavimentar o caminho de construção da Rede, cumprindo, assim, o papel de guia do conjunto das IUS:

As políticas aqui delineadas entendem guiar o conjunto das instituições de educação superior promovidas pela Congregação Salesiana, sem, contudo, eximir cada uma das IUS da responsabilidade de definir as suas precisas políticas acadêmicas, que serão depois agregadas aos documentos institucionais pertinentes. (IUS, 2003, p. 10)

Nota-se que a pretensão das “Políticas” é de ser um guia de cunho geral, oferecendo um horizonte maior de referência e de identidade. Seu objetivo focal é o estabelecimento de uma identidade comum forte partilhada por todas as IUS na pretensão de se superar a realidade díspare inicial levantada nos

documentos, diagnóstico e relatório 2001. As políticas erigidas pretendem levar as IUS dessa situação inicial aferida em 2001 para uma situação mais qualificada. Especialmente pretende ser uma ponte entre essa realidade e o ideal projetado no documento Identidade:

A escolha destas políticas foi feita tendo-se por base dois pontos de referência fundamentais: por um lado, a situação atual das IUS, refletida no Relatório IUS 2001 e, sobretudo, no Diagnóstico; por outro lado, o ideal traçado no documento Identidade das IUS. A implementação destas políticas deveria levar a um rigoroso processo de crescente qualificação das IUS, passando da situação atual existente a outra mais ideal. (IUS, 2003, p. 11)

As Políticas acrescentam à identidade das IUS um elemento novo até então: pretendem ser uma afirmação de que a identidade dessas instituições é caracterizada também pela inerência de seu trabalho em Rede que engloba o compartilhamento comum da concepção de educação superior. Pretendem, portanto, atuar num mesmo âmbito de compreensão do que seja a educação superior e também partilhar um horizonte comum de metas, projetos e ações.

Afirmam-se como um conjunto que age em bloco para a consecução de seu objetivo maior: afirmar a índole católica e salesiana e garantir relevância na educação superior na esfera internacional. Assim o processo de internacionalização visa consolidar a identidade das IUS e sua qualificação. Nesse processo há um nexo entre identidade, internacionalização e qualidade institucional. Observando-se mais de perto, a questão da qualidade é ligada ao processo de gestão. Esse elemento percorre todo o movimento de constituição da Rede IUS perfazendo seus diversos aspectos e está voltado também para a afirmação da identidade uma vez que a internacionalização corrobora em Programas, Planejamentos e Políticas comuns que estão voltados para a melhoria institucional do ponto de vista da gestão a fim de se afirmar a identidade:

Cada IUS seja dotada dos instrumentos e dos procedimentos que garantam a orientação, a direção, a gestão e o funcionamento de acordo com a identidade e com as políticas estabelecidas para que tais orientações permeiem a vida

ordinária da instituição. Os instrumentos e os procedimentos são os seguintes: a) Para a orientação geral da instituição, atente-se para o Projeto institucional, que tem a função de verdadeira *magna charta* ou constituição que orienta de maneira integral e prática a vida da instituição. Por isso, ele explicita a sua missão e visão – ou seja, a sua identidade universitária, católica e salesiana, e a sua intencionalidade educativo-pastoral – a fim de dar-lhe cumprimento, em um cenário concreto, local e universal ao mesmo tempo, no quadro destas políticas ou daquelas que a Congregação Salesiana possa estabelecer no futuro; concretiza as áreas científicas nas quais a instituição concentra seu trabalho e os critérios pelos quais se orientará diante de hipotéticas futuras ampliações ou reduções de campo; os cursos que oferece e os respectivos currículos de estudo; os programas das disciplinas de acordo com a ciência correspondente e congruentes com a identidade própria da instituição; a filosofia da educação e do ensino que a instituição propõe para a pesquisa, a docência e os serviços de extensão; o estilo de vida universitária e as características pelas quais a instituição quer diferenciar-se de outras instituições similares; o corpus normativo (estatutos, regulamentos...) e a organização. (IUS, 2003, p. 18-19)

Pelo descrito acima, esse Plano pouco difere do que se entende por Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Brasil. Considerando-se que se trata de um instrumento do Ministério da Educação que executa sua política em consonância com a concepção do Estado como ente avaliador e regulador, pode-se inferir que esse posicionamento da Rede IUS pouco acrescenta de novidade em termos de garantia de identidade e de competência gerencial efetiva. Exprime também a cooptação da Rede IUS diante do ideário das agências internacionais que estão moldando a formação da nova cultura organizacional e gerencial da educação superior que enfatiza os resultados para atender os interesses do processo de globalização. Pode-se afirmar que, sob esse aspecto, a Rede IUS traz uma forte influência desses organismos internacionais em termos de gestão da educação superior. Isso ocorre não somente no caso do Brasil e das IUS, mas constitui uma tendência mundial para a educação superior, como afirma José Dias Sobrinho:

O controle e a regulação, chamados genericamente de avaliação, porém, quase sempre indevidamente, são processos centrais das reformas do Estado e da Educação Superior [...] Um rápido balanço das estratégias adotadas neste campo pela Inglaterra pode ajudar, como um caso exemplar, a ampliar a

compreensão das reformas da educação superior que estão se globalizando. As políticas de reformas praticadas na Inglaterra são emblemáticas para a compreensão dos novos sentidos e papéis que a educação superior vem assumindo por toda a parte. Esse é um dos países em que mais fortemente se deram as reformas e transformações na educação superior nos dois últimos decênios e aquelas de mais largo e profundo impacto. Essas transformações foram importantes não somente no nível interno, mas também se tornaram exemplares para as reformas que se encetaram em diversos países de distintos continentes e guardam estreitas semelhanças com as teses e práticas de organismos multilaterais, como Banco Mundial e a OCDE. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 175-176)

O desdobramento do Projeto Institucional em planos estratégicos e operacionais corrobora essa repercussão da cultura organizacional preconizada pelas agências sobre a Rede IUS:

Para o desenvolvimento do Projeto institucional, sirvam-se as IUS: do plano estratégico e tático, o qual favorece a progressiva realização global, de maneira ordenada e sistemática, do Projeto institucional durante um período de tempo determinado (vários anos); estabelece as metas e objetivos a serem progressivamente alcançados, as opções estratégicas e as linhas de ação; prevê os recursos humanos e financeiros necessários, os tempos para cada linha de ação e a forma de acompanhamento e de avaliação; e do plano operacional, o qual auxilia na progressiva realização do plano estratégico e tático por períodos anuais; estabelece os objetivos gerais e específicos a serem alcançados, cada uma das operações (a seqüência de atividades que as compõem, o momento e a duração) necessárias para alcançar os objetivos, o modo de realizar as ações, os recursos humanos necessários e os responsáveis, os orçamentos e a disponibilidade financeira ou a fonte segura de tais fundos. (IUS, 2003, p. 19)

Não obstante, o Projeto Institucional sistematiza a gestão das IUS proporcionando uma realidade diferente da anterior à implantação da Rede, estabelecendo uma racionalidade administrativa até então desconhecida. Vale ressaltar que o Projeto Institucional denominado pela Rede IUS como Carta de Navegação, para poder ser concluído pelas IUS levou um prazo superior ao estabelecido pelo Programa Comum II, traduzindo assim a dificuldade das instituições em construir esse instrumento de gestão apesar das orientações emanadas da coordenação central da Rede, o que também demonstra certa

resistência ao processo de mudança e consolidação de uma nova cultura organizacional.

Outro aspecto em que a Rede alcança a implantação de um novo padrão de procedimentos e de qualidade institucional é o do credenciamento. Antes da implantação da Rede IUS esse aspecto jurídico já importante e que adquire maior relevância no contexto da busca de reconhecimento internacional das IUS era descuidado por muitas instituições. Para o caso das IUS no Brasil esse fato nos causa estranheza uma vez que a regulação, acompanhamento e avaliação das IES brasileiras é um fato consolidado. Entretanto, em seu conjunto, não é o que se observa entre as IUS.

Entende-se por que a Rede adota entre as suas políticas a busca do credenciamento de suas instituições diante das agências nacionais nos diversos países em que se localizam. Aproveitando-se dessa situação diferenciada em relação ao credenciamento, a Rede acaba por definir metas estabelecendo que as IUS busquem credenciamento nos órgãos reguladores nacionais e, no caso das que já o possuem, procurem credenciar-se nas agências internacionais ou comitês e grupos de pesquisa capazes de conferir projeção internacional. Dessa maneira compreende-se a afirmação da Rede em suas Políticas:

[...] credenciamento, que é um reconhecimento público da instituição segundo os padrões de qualidade elaborados por um organismo externo de reconhecido prestígio nacional e/ou internacional. Por meio dele se busca a excelência acadêmica, assegurando níveis de qualidade; além de conferir credibilidade e prestígio, o credenciamento serve para dar tranquilidade à instituição quanto às próprias opções e para orientar na tomada de decisões a respeito de novas metas. (IUS, 2003, p. 20)

A Rede assimila, dessa forma, a tendência avaliativa e de ranqueamento e controle sobre a educação superior, característica do processo global para a educação. A assunção do conceito de credenciamento ligado à busca da qualidade e à avaliação insere, portanto, a Rede IUS no movimento mais amplo das políticas que regem a educação superior. Essas políticas voltadas para a qualidade são consubstanciadas em agências internacionais de avaliação e credenciamento. É o caso da Rede Internacional de Agências para a Garantia

de qualidade na Educação Superior (INQAAHE); a Associação Universitária Internacional Iberoamericana de Pós-graduação (AUIP). Essas duas agências, mais a UNESCO, formam o consórcio Registro Internacional de Qualidade (WQR). Acrescentem-se as Agências de Acreditação e de Garantia da Qualidade (QAAS), reconhecidas internacionalmente com aval do consórcio WQR (MOROSINI, 2006, p. 113-114). Há outras agências internacionais, ligadas geralmente aos blocos geopolíticos e formadas pela rede das agências avaliadoras dos países membros. A citação destas contribui para ilustrar o contexto mais amplo em que se insere a política da Rede IUS nesse ponto do credenciamento e da qualidade. Nota-se, nesse processo, convergência entre qualidade, avaliação e credenciamento em termos de objetivos e procedimentos (MOROSINI, 2006, p. 127).

A função avaliativa do Estado e seu papel regulador assumem preponderância no processo de internacionalização uma vez que garante a padronização e ranqueamento por meio de sistemas que aferem a qualidade. No âmbito internacional, essa passa a ser a tendência determinante na educação superior. As IUS acabam assumindo essa tendência procurando criar para si, a partir do modelo das grandes agências reguladoras internacionais que influenciam e determinam as políticas de avaliação dos órgãos nacionais, padrões de qualidade e sistemas de avaliação e gestão inspirados nesse modelo do Estado regulador/avaliador. Nesse contexto, as IUS concebem a cultura da avaliação como estratégica para o desenvolvimento institucional:

Para o aperfeiçoamento constante da instituição, utilizem-se as IUS dos seguintes procedimentos: a avaliação institucional, a qual consiste na análise objetiva, metódica e contínua do desenvolvimento dos projetos e dos planos, – dando especial ênfase aos processos, contribuições e resultados etc. –, mediante o uso de dados e opiniões relacionados a critérios previamente definidos; envolve toda a comunidade acadêmica; ajuda a acompanhar e a controlar a gestão da instituição e a tomar em tempo medidas de correção após a identificação dos pontos fortes e fracos, os riscos e as tendências que não conduzem à obtenção das finalidades e dos objetivos propostos. A auto-avaliação ou avaliação interna da instituição deve ser praxe ordinária das IUS. Ela se completa com a auditoria ou avaliação externa que também deve ser feita periodicamente nas IUS por organismos competentes com a



participação da comunidade acadêmica. Além de uma segurança maior no andamento das instituições, essa dúplici praxe criará nas IUS uma benéfica “cultura da avaliação” fundada na co-responsabilidade e no profissionalismo de todos. (IUS, 2003, p. 19-20)

Observa-se, nessa afirmação da Rede IUS, uma gama de conceitos e práticas que se encontram delineados na nova política global para a educação superior baseada na racionalidade do capital que procura inserir na academia a cultura administrativa própria das empresas. Alguns conceitos ilustram essa nova cultura: projetos, planos, processos, objetivos, resultados, controle, auditoria e profissionalismo. Nesse sentido, observa Dias Sobrinho:

Dizendo ainda de outra maneira, o que está em jogo é a imposição de uma racionalidade instrumental à universidade, materializada na gestão empresarial e na ideologia da eficiência, competitividade e produtividade. A ideologia alimenta a crença de que uma instituição bem gerenciada de acordo com as exigências de mercado seria conseqüentemente uma instituição ajustada e de boa qualidade. A gestão empresarial combina-se com a concepção de universidade instrumental, ou seja, uma instituição entendida como função da economia. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 107)

A assimilação dessa concepção pela Rede IUS revela a influência das políticas globais. Ao mesmo tempo revela que a constituição da Rede IUS faz-se à sombra do pensamento hegemônico internacional para a educação superior que procura uma padronização das instituições e de procedimentos, especialmente em termos de gestão na qual tem papel preponderante a avaliação e o controle. É o que indica o fortalecimento das políticas de inspeção e regulação que regulam os processos de autorização, acompanhamento e reconhecimento de cursos e instituições bem como a emissão de diplomas e títulos. Tudo isso para assegurar a formação profissional voltada para o mercado de trabalho, a eficiência das instituições e a garantia de um padrão globalizado, já que a economização da sociedade e da educação é transnacional:

Como o mercado é globalizado, também na educação superior essas avaliações devem propiciar elementos objetivos de comparação nos níveis nacionais e transnacionais. Embora haja diferenças entre as perspectivas e os estágios de avaliação praticadas nos diversos países, parece correto indicar que, uma vez permitida e incentivada a abertura do sistema, em contrapartida se torna necessário pôr em prática um dispositivo de controle e fiscalização – pois é sobretudo a isso que se aplicam, na maioria dos casos, os sistemas de avaliação implementados pelos governos. Trata-se principalmente de controlar, pela avaliação, como está sendo exercida a responsabilidade de preparar profissionais para o mercado de trabalho, qual a dimensão quantitativa dessa formação em razão das necessidades do mercado... Além disso, trata-se cada vez mais de estabelecer os parâmetros e os indicadores comparativos da qualidade das instituições em uma dimensão transnacional, pois o mercado educacional tende crescentemente à globalização. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 186-187)

A Rede IUS não se distancia dessa tendência e erige a Avaliação como um dos pilares pelo qual pretende dar solidez para suas instituições. Essa faceta indica que no seu processo de formação, a Rede IUS constrói-se num processo dialético com o contexto da globalização. Pode-se afirmar, portanto, que sua existência explica-se pela influência do processo de globalização, como resultado e reação dinâmica a esse.

Morosini (2006) chama atenção para a complexidade de acepções presentes no conceito de internacionalização. Nele a autora pontua a dimensão internacional mais aplicada ao século XX e que se caracteriza por trocas institucionais particulares em âmbito internacional que podem ser classificadas como cooperação mútua; a educação internacional instituída nos Estados Unidos durante a guerra fria por razões políticas e de segurança; e a internacionalização da educação superior ligada à globalização e seus impactos sobre a educação superior. A Rede IUS acompanha esse movimento e utiliza-se do processo global de internacionalização com a pretensão de emergir como sujeito ativo no processo:

A participação em redes de universidades significa, antes de tudo, a sinergia entre as IUS e sua consolidação como presença salesiana na educação superior, quer se trate de presença em nível mundial quer seja limitada a áreas continentais ou regionais, lingüísticas ou de especialização

científica. A participação, entretanto, deve estender-se a outras redes de universidades, privilegiando as universidades e/ou faculdades católicas e pontifícias. (IUS, 2003, p. 23)

A Rede IUS é constituída como um sistema aberto que interage entre si, mediante as trocas institucionais e com os demais organismos e entes sociais. Ressalta-se nesse processo que sua finalidade é de afirmar a concepção de educação superior proclamada pela Rede:

A articulação das IUS há de se basear, antes de tudo e fundamentalmente, em uma rede de relacionamentos, intercâmbios e colaborações que incluam tanto a reflexão e o aprofundamento de assuntos de interesse geral – v.g. a orientação e o modo prático de entender e conduzir a presença salesiana na educação superior –, quanto às relações de colaboração bilateral ou multilateral entre elas. (IUS, 2003, p. 24)

Essa articulação ampla que se serve de intercâmbios, colaborações e compartilhamento de concepções e estratégias vai tecendo a Rede IUS frente aos riscos que emergem do processo de globalização: a perda da identidade e da autonomia universitárias; o uso das energias da academia a serviço do mercado; a submissão da cooperação intelectual ao lucro empresarial; a formação do “capitalismo acadêmico, que identifica uma tendência global de privatização da educação superior [...] e a dominação de corporações e nações ricas” (MOROSINI, 2006, p. 116-117). A Rede pretende, portanto, estabelecer um padrão diverso de educação superior e fortalecer a competitividade das IUS no contexto de mundialização do capital.

Pode-se afirmar que a formação da Rede IUS ocorre em consequência e como resposta ao processo de globalização que traz, por sua vez, a internacionalização da educação superior. É uma mudança na forma da Congregação Salesiana organizar e conceber a sua atuação na educação superior. Essa mudança se dá no âmbito de um processo dialético e visa dar continuidade institucional às IUS por meio da formação da Rede. Trata-se de um processo dinâmico que ora assimila padrões, conceitos e comportamentos advindos da globalização ora procurando afirmar concepções próprias e, assim, consolidar a identidade católica salesiana e garantir a sobrevivência da

proposta, estabelecendo-se como interlocutor ativo no processo de globalização (MOROSINI, 2006). A percepção das IUS nesse processo é de que a formação da Rede internacional soma as forças individuais e pode constituir um caminho eficaz de autoafirmação.

A tentativa da Rede é de oferecer alternativa de concepção da educação superior que seja diversa da concepção de bem econômico e de mercado a ser explorado, favoreça a qualificação da juventude para sua inserção no mercado de trabalho e proporcione mudanças na sociedade. Para isso a Rede precisará apresentar uma concepção de educação superior que não seja apenas atendimento das necessidades do capital, mesmo que, em dado momento, tenha que preparar os jovens para atuarem no mercado de trabalho, assim as IUS concebem-se como:

[...] uma contribuição salesiana à formação qualificada dos jovens para o acesso ao mercado do trabalho e para um seu responsável empenho social, de modo que tal empenho ultrapasse as exigências e as necessidades do mercado, produzindo mudanças e novos desenvolvimentos na mesma sociedade. (IUS, 2003, p. 4)

Verifica-se que a Rede IUS estabelece uma dialética com a globalização e, de certa forma, é contraditório uma vez que assume muitas de suas tendências e políticas, no caso, o aspecto imprescindível da educação superior como preparação para o mercado de trabalho; e rejeita ou tenta superar outros aspectos: no caso procura conceber a educação superior como agente de mudança dos processos sociais e crítica do próprio mercado, não pactuando com subserviência da educação às exigências e interesses do mercado, concebendo-a como um bem social. Porém, os aspectos da globalização e suas políticas para a educação são mais assimilados e estruturados no interior das IUS, como os referenciais de avaliação utilizados pela Rede; o atendimento de alunos via mensalidades, que demonstra pactuação prática com a concepção da educação como um serviço a ser prestado na esfera privada; a expansão das instituições salesianas como resultado do incremento da privatização da educação superior como via indicada aos países periféricos

para atenderem à demanda por educação superior sem onerar os cofres do Estado.

As tentativas de afastamento desse cenário são muito tênues, ficando mais nos ideais proclamados do que em ações práticas, como, por exemplo, a proposta de se atender as classes populares que demandam formação superior; a democratização da educação superior; a concepção de conhecimento mais amplo baseado em ensino, pesquisa e extensão.

A internacionalização atinge as universidades como um todo e indica complexidade de conceitos, formas e acepções que envolvem políticas de organismos multilaterais e políticas nacionais ligadas ao processo de mundialização do capital e a criação de um “capital acadêmico” (MOROSINI, 2006, p. 121). Dentre essas políticas, destaca-se a busca de qualidade internacional, seja de cursos e programas, seja de instituições, sendo que o modelo que mais se coaduna com essa perspectiva da qualidade é o da universidade empreendedora e sustentável (MOROSINI, 2006, p. 105). A formação da Rede IUS procura atender esse princípio e aproximar as IUS desse novo paradigma internacional para a educação superior, especialmente inserindo suas instituições no padrão das tecnologias de informação e comunicação. Por isso a Rede deseja que “[...] as IUS trabalhem sinergicamente em rede, seja participando de redes de universidades seja utilizando-se de redes tecnológicas de informação e comunicação” (IUS, 2003, p. 22).

Em consequência da valorização econômica e social do conhecimento, já que se trata de uma sociedade definida por conceitos de tecnologia, competência e eficiência, as melhores oportunidades de emprego e salários estarão com os sujeitos que detiverem maior complexidade de formação, ou seja, títulos acadêmicos de maior nível. Essa tendência acaba influenciando um novo relacionamento entre o poder estatal e a educação superior: por um lado, o Estado retira-se do financiamento da educação superior e, por outro, influenciado pelo parâmetro da qualidade e eficiência, impõe uma intensa cultura de avaliação, com a qual pretende garantir que as instituições ofereçam

resultados capazes de impactar positivamente numa sociedade ávida por mão de obra qualificada.

Nessa perspectiva a educação superior assume papel vital para a democratização da sociedade uma vez que é o nível de conhecimento que determina o papel do cidadão no conjunto social. Por isso a elitização do acesso à educação superior determina uma sociedade excludente enquanto que amplo acesso define alta perspectiva de democratização. Porém, não se pode deixar de mencionar as tensões que se acumulam ao redor dessa necessidade de democratização do acesso: a educação superior, no contexto da globalização e mundialização do capital, acompanha essa tendência por meio da internacionalização de seus padrões, mas sofre pressão de grupos que desejam explorar os seus serviços de forma lucrativa, instaurando uma tensão que aponta em sentido contrário à democratização e afirmação da educação como um direito humano fundamental. Essa tensão se agrava com a desobrigação do Estado em financiar esse nível de educação, deteriorando as condições de viabilidade da democratização, especialmente nos países periféricos em que a maioria da população não consegue autofinanciar-se para a obtenção desse grau de ensino.

Por isso identificam-se duas tendências opostas quando a internacionalização da educação superior é discutida no âmbito dos organismos multilaterais ou nos blocos internacionais regionais: uma em que prevalece os interesses econômicos dos países centrais na forma de privatização dos serviços educacionais ou precarização desses serviços por parte dos países periféricos de modo que os centrais sejam os provedores internacionais desses serviços, angariando lucros por eles. Já outra tendência aponta para a necessidade da consolidação da educação superior em todas as sociedades já que é uma força que contribui para a inserção social e econômica.

A Congregação Salesiana apresenta percepção da controvérsia internacional sobre educação superior e das tensões que em torno dela se aglutinam e pretendem que suas instituições estejam articuladas para não serem destruídas pelo processo de globalização e para não assumirem

aleatoriamente os seus padrões, mas sejam capazes de se erigir como um *player* internacional nesse processo. Por isso o posicionamento na formação da Rede internacional: “O processo iniciado pelas IUS no período 1998-2002 deve cristalizar-se em fórmulas precisas de coordenação institucional e de articulação das relações e colaboração entre si” (IUS, 2003, p. 24).

A articulação institucional entre as IUS pressupõe múltiplas perspectivas diante dos contextos nacionais e internacionais ao mesmo tempo em que aponta para uma convergência de tendências e similitudes no quadro das orientações para a educação superior, compondo uma complexidade inerente seja ao momento cultural seja à própria educação superior. Como parte dessa complexidade, há que se considerarem as particularidades e as tendências regionais e seus atores que, na contramão da convergência das tendências, constituem outro polo de forças, indicando divergências, interesses e necessidades que precisam ser atendidas (DIAS SOBRINHO, 2003).

Nesse sentido, os países vêm desenvolvendo, acompanhando os termos de produtividade, competitividade e eficiência na gestão o conceito chamado de pertinência para as instituições de educação superior que significa a correspondência entre a filosofia institucional, as demandas da sociedade e o contexto de aceleradas mudanças em que está inserida a educação superior (UNESCO/IESALC, 2007). Pode-se verificar que as políticas assumem essa complexidade exigida da educação superior para poder responder de maneira significativa aos desafios propostos pela sociedade:

Para a sua orientação, desenvolvimento, avaliação permanente e consolidação, as IUS deverão ter os seguintes pontos de referência: a) de uma ótica acadêmica: [...] uma grande atenção diante da evolução da mesma instituição universitária, marcada por novos fatores condicionantes, quais sejam: o número maciço de estudantes, os relacionamentos democráticos, a interdisciplinaridade, as novas tecnologias, o rigor na organização e na utilização dos recursos, a globalização nas perspectivas, nos interesses e nos relacionamentos, nos efeitos nocivos e excludentes para os mais desfavorecidos, sem esquecer o lugar onde os centros estão implantados e o serviço local que deveria ser irrenunciável para toda IUS. De uma ótica social: necessidades locais da sociedade em que cada IUS está inserida,

especialmente as que mais dizem respeito à missão salesiana em favor das classes populares. (IUS, 2003, p. 13)

Por isso pode-se afirmar que no processo de internacionalização, assim como na afirmação da identidade, as IUS almejam apresentar uma alternativa para a formação de um mercado educacional e para a formação pura e simples de um capitalismo acadêmico decorrente da exploração da educação superior como um bem de serviço. Sua concepção indica oposição a esse movimento e a formação da Rede se dá como resistência e enfrentamento ao mesmo tempo em que buscam assegurar a continuidade da proposta salesiana de educação superior. Entretanto, novamente a Rede se depara com a dificuldade das fontes de recursos para que suas afirmações encontrem plena realização. A própria Rede, nesse aspecto, afirma que cada uma das instituições deve autofinanciar-se, o que significa apoiar-se ainda nas mensalidades dos alunos. Esse aspecto problemático é assim expresso pela Rede:

O princípio do autofinanciamento de cada centro terá por base principalmente as entradas provenientes dos alunos, sem esquecer a opção preferencial, de serviços a terceiros e de contribuições advindas por diversos títulos do Estado e de entidades estatais e/ou particulares. (IUS, 2003, p. 22)

Rede apresenta tentativas de estabelecer políticas de busca de novas fontes recursos para financiar as funções universitárias, especialmente pesquisa e extensão. Não obstante essa intenção, a Rede não consegue se desvencilhar das mensalidades como fonte principal de recursos e essa questão não foi ainda enfrentada suficientemente, explicitando uma contradição que percorre todo o processo da Rede. Pode-se afirmar que a Rede estabelece políticas de gestão e define a identidade de forma sistemática, porém não logra resolver, ao menos por enquanto, as fontes de recursos que lhe permitam atuar decisivamente para a democratização da educação superior, apesar de sua decisiva contribuição em prol de uma educação para todos.

Vale trazer à tona que essa problemática tem reflexo não apenas sobre a democratização mas também sobre a continuidade das IUS: elas precisam continuar a captar alunos que tenham efetiva condições de pagamento das



mensalidades afim de se viabilizar em seu projeto de educação superior. Trata-se, portanto, de uma posição muito frágil levando-se em consideração os contextos em que se encontram e, principalmente, a decisão de não formar um conglomerado capitalista e nem agir como tal, o que impede ganhos de escala, atuação em mercados de capitais e ganho de competitividade na concorrência global.

Por outro lado as IUS ainda não conseguiram afirmar-se como uma instituição internacional de cunho filantrópico capaz de captar recursos e doações e também não são reconhecidas como uma competência internacional seja em áreas de pesquisa seja de serviços a tal ponto que ganhem recursos com a execução desses serviços. Essa é uma vontade ainda não plenamente realizada. Em todo caso, a Rede expressa assim sua intenção de mudança nesse aspecto:

Com fins específicos de formação do pessoal, pesquisa, serviços de extensão universitária, operações estratégicas conjuntas, bolsas de estudo etc., é necessário proceder ativamente à busca de auxílios econômicos, a partir dos quais, se for necessário, se poderia criar um fundo econômico para as IUS. Para tudo isso será conveniente utilizar os procedimentos mais adequados, respeitando sempre as responsabilidades já estabelecidas na Congregação Salesiana – tanto em nível inspetorial quanto central – para a busca, gestão e decisão sobre os fundos. Tratando-se de fundraising ou de outras vias, é aconselhável servir-se de estruturas da Congregação já em funcionamento, garantindo nelas o serviço especializado de informação e orientação no campo da educação superior. (IUS, 2003, p. 23)

Diante da necessidade de sustentação de condições favoráveis ao autofinanciamento, a decisão anterior da Rede IUS em não dar continuidade ao ciclo de expansão apresenta-se, de certa forma, negativo. É claro que da perspectiva econômica é arriscado expandir instituições sem identidade sólida, sem uma cultura de planejamento, mecanismos de controle e avaliação e sistemas eficientes e rápidos de gestão. Porém, em termos de competitividade, a escala é muito importante, tanto quanto uma cultura empreendedora sustentada por uma administração completa. Na tentativa de se consolidar em termos de identidade, políticas e gestão, a Rede IUS não tem considerado a

participação no mercado como essencial. Ao contrário, a Rede pretende deliberadamente que novas instituições sejam criadas dentro de um complexo projeto de gestão e de um conjunto de procedimentos agora centralizados e rígidos. Sublinhe-se que a tendência atual no mercado educacional já não é a criação de novas instituições, mas a expansão via fusão e/ou aquisição de concorrentes. Porém a Rede posiciona-se no sentido de não priorizar a expansão seja na forma de novas instituições seja na forma de aquisições. Aliás, sobre essa possibilidade não há manifestação oficial da Rede. Eis a forma como se manifesta:

Diante da conveniência de reestruturar – para o desenvolvimento ou para redução – as IUS existentes ou para abrir outras novas, considere-se a possibilidade de superar a área estritamente inspetorial e chegar, junto com outras inspetorias, a colaborações de âmbito nacional ou regional. Seja como for, para criar um novo centro de educação superior ou para transformar substancialmente um já existente, as inspetorias deverão ater-se às seguintes exigências: a) para iniciar o processo: Como ponto de partida, comunicar ao Reitor-Mor e ao seu conselho a intenção de iniciar os procedimentos para a criação ou transformação de um centro, servindo-se para isso de um documento de declaração de intenções, no qual o inspetor fará constar: uma clara necessidade social de educação superior para os destinatários preferenciais da missão salesiana ou uma necessidade especial de caráter estratégico para a inspetoria e/ou para as inspetorias da Região; a integração do novo centro no projeto orgânico da inspetoria; os recursos humanos disponíveis, incluída a presença qualificada de uma comunidade salesiana ou de salesianos qualificados e em número suficiente, relacionados com uma comunidade ou com a mesma inspetoria; os recursos financeiros com que se conta; o grau de viabilidade para conseguir a autorização do organismo oficial para a abertura do centro. (IUS, 2003, p. 26)

## CONCLUSÃO

A guisa de conclusão das análises pode-se afirmar que a criação da Rede IUS segue as tendências internacionais para a educação superior que apontam para expansão quantitativa de instituições e alunos, acompanhada de uma crise de financiamento que impede seja a universalização do acesso seja a qualificação das instituições, especialmente as particulares como são as IUS. A própria existência da Rede IUS aponta outra tendência que consiste na

privatização do setor educacional e também a sua internacionalização para atender aos interesses do capital que encontrou no setor de prestação de serviços em geral e na educação em particular um novo setor de exploração que, devido ao retorno financeiro, prolonga o ciclo de acumulação.

## ABSTRACT

The article has like research's object the analysis of constitution of Superior Education Salesians Institutions 's International (IUS Net). The specific objective consists in to analysis the document "Politics to IUS". The politics built add to identity of the IUS a new element until then: the identity of these institutions is characterized by inherence of its work in Net that involves the participating in of superior education's conception and the aims, projects and actions to guarantee relevance in the institutional sphere. In this process there is a connection between identity, internationalization and institutional quality. The quality is linked to management's process. It is observed a scale of definitions and practices that finding itself outlined in the global politic new to superior education based in the capital's rationality. Some concepts illustrate this new culture: projects, plans, processes, objectives, resulted, control, auditory and professionalism. The assimilation of this conception revels that the constitutions of SII Net it is made to shadow of international hegemonic thinking to the superior education that searches a standardization of institutions and the procedures, especially in terms of management in which it has paper predominant an evaluation and the control.

**Key words:** Politic on Superior Education. Salesians Institutions. Internationalization. Identify.

## REFERÊNCIAS

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: CATANI, Afrânio Mendes; DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João Ferreira. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003, p. 97-115.

IUS–Instituições Universitárias Salesianas. *Políticas para as Instituições Universitárias Salesianas*. Roma: Editrice Opere di Don Bosco, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário*, v. 2. Brasília: INEP, 2006.

\_\_\_\_\_. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. In: *Revista Educar*, Curitiba, n. 28, p.107-124, 2006.

UNESCO/IESALC. *Informe sobre la educación superior en América Latina y el Caribe 2000-2005: la metamorfosis de la educación supeior*. Venezuela: Unesco/lesalc, 2007. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acesso em: 26 mar 2009.